



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

A educação superior brasileira sob a égide do banco mundial e FMI e suas consequências para a formação profissional em serviço social

Luciana da Costa Freitas

Resumo

Este trabalho analisa as condicionalidades econômicas e sociais, elaboradas a partir do Consenso de Washington e suas consequências para a educação superior, em especial para a formação profissional dos assistentes sociais. Estas condicionalidades divulgadas e monitoradas pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), constituem-se como diretriz-mestra para a Reforma Universitária brasileira. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica. Concluímos que na atual dinâmica política e financeira, as reformas na educação superior exercem um controle ideológico e político sobre os países periféricos a fim de garantir uma formação superior voltada para perpetuar a lógica neoliberal.

Palavras-chave: Organismos multilaterais. Neoliberalismo. Reforma Universitária. Serviço Social. Brasil.

Abstract

This paper analyzes the economic and social conditions on higher education, elaborately by the Washington Consensus for Latin American countries and its consequences on professional training in Social Service. Disclosed and monitored by the World Bank (WB) and the International Monetary Fund (IMF), composing the master guideline for the Brazilian university reform. To that end, we undertook a literature, documentary and newspaper research. Concludes that the current financial and political dynamics, reforms in higher education exert an ideological and political control over the peripheral to ensure a superior training geared to perpetuate the neoliberal logic.

Keywords: Multilateral organizations. Neoliberalism. University Reform. Social Service. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos analisar os efeitos e os desdobramentos das condicionalidades econômicas e sociais elaboradas a partir do Consenso de Washington, divulgadas e monitoradas pelo Banco mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a educação superior dos países latino-americanos, em especial, o Brasil. A partir daí conseguimos compreender os impactos da lógica neoliberal no processo crescente de mercantilização e privatização do ensino superior articulado às necessidades expansionistas do capital pós- 1970. Em seguida buscamos conhecer como

tal processo repercutiu no ensino superior brasileiro, particularmente durante a contrarreforma do Estado e seus rebatimentos na formação profissional em Serviço Social, que segundo Yamamoto (2003) é um dos eixos fundamentais do Projeto ético-político profissional.

Partimos do pressuposto de Almeida (2008) de educação como uma instância complexa da vida social, resultado de processos históricos; ocupando, portanto, um lugar central no âmbito das lutas sociais e nos processos políticos de transformação em nossa sociedade.

Dito isso, apresentamos um sucinto resgate histórico da educação superior no país, visando compreender sua dinâmica política, principalmente a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula da Silva, que seguiram à risca o receituário neoliberal do BM e do FMI nas formulações de suas políticas educacionais, notadamente no que tange à privatização/mercantilização do ensino superior.

A partir desta análise inicial, compreendemos que o atual estágio do capitalismo mundializado influencia estrategicamente os rumos da educação superior brasileira e o decurso de mercantilização/privatização neste nível de ensino, que a cada dia se torna mais visceral. As consequências desse processo transformam a educação superior em mais um mercado capitalista a ser cabalmente explorado, tanto no interior das universidades públicas como na vertiginosa ampliação das instituições privadas de ensino, ambos sob a mesma lógica neoliberal. Esta exploração que transforma o conhecimento e o ensino em meras mercadorias, trazem sérias consequências para a formação profissional em Serviço Social, um dos eixos fundamentais do Projeto Ético-político, podendo formar, como afirma Dahmer (2004), intelectuais colaboracionistas, que acabam perpetuando e legitimando a lógica neoliberal. Esse contexto, de brutal mercantilização da formação profissional em Serviço Social, atende não só as necessidades expansionistas do capitalismo tardio, como também a urgência na formação de profissionais, dentre eles o assistente social, difusores da ideologia do capital, para a produção de consenso entre as massas populares.

As considerações parciais desse estudo nos mostra questões importantes como o significado real do Consenso de Washington no contexto histórico em que ocorreu, e como as elaborações políticas, econômicas e sociais que foram formuladas a partir desse encontro marcam um divisor de águas no que tange à intervenção do BM e do FMI nas políticas setoriais como a educação nos países da América Latina.

Identificamos que a lógica presente no projeto neoliberal para os países periféricos exige muito mais que uma mudança na base econômica e política. Pleiteia, também, uma metamorfose ideológica, ou seja, para que esse projeto tenha sucesso as relações econômicas, políticas e sociais precisam reivindicar a ideologia neoliberal. Em síntese: precisam reconhecer o mercado como seu rei supremo e o Estado como de suma importância para garantir todas as condições necessárias desse reinado, possibilitando o crescimento absoluto do setor privado em detrimento ao público sob o argumento deste último ser perdulário e ineficiente. As políticas neoliberais transferem para a esfera privada, através das Organizações Sociais, por exemplo, as funções do Estado. Com isso, tanto enxugam e reduzem o Estado para o social, quanto transformam os direitos sociais em mercadoria. O acesso à educação superior é palmar como exemplo.

2 DESENVOLVIMENTO

O processo de mudanças que a educação superior brasileira vem passando tem que ser caracterizado no interior de um movimento muito mais amplo de transformações na economia (no processo de produção) e na reconfiguração do Estado. Essas mudanças são fruto do processo de passagem do regime de acumulação taylorista/fordista para o modelo de acumulação flexível (HARVEY, 1993), com a mundialização¹ do capital e a diminuição do papel do Estado como financiador e executor das políticas públicas, um dos eixos fundamentais do ideário neoliberal.

Essa é a linha de raciocínio da lógica neoliberal: alega que todos os setores sociais devem ser regidos pelas leis do mercado e que cabe ao Estado apenas gerir as políticas sociais e controlar os gastos públicos, desenvolvendo um processo de diluição das fronteiras entre o público e o privado.

O projeto neoliberal, que tinha tomado forma nos países centrais na década de 1970 como resposta a crise estrutural de 1973/74, só começa a se tornar realidade na América Latina, de forma diferente em cada país, a partir da reunião, conhecida como Consenso de Washington, ocorrida em 1989. Com base nesta reunião elaboram-se uma série de medidas e políticas que deveriam ser incorporadas pelos países periféricos e que

¹ Chesnais (2000, p.12) afirma que o termo “globalização” é utilizado para difundir a ideia errada de que o capital, ao tornar-se global, promove uma integração que diminui a desigualdade de riqueza entre os países. Assim, o autor explica que o termo “mundialização do capital” expressa a verdadeira face do fenômeno, que se resume na estratégia do capital financeiro em procurar pelo mundo as melhores vantagens para a manutenção e reprodução de seus superlucros, e desta forma, ao contrário do discurso dos governos e teóricos neoliberais, aprofunda a hierarquia econômica e política entre os territórios.

modificariam suas bases econômicas, políticas e sociais. Veremos como esse processo se deu no que tange a mercantilização do ensino superior nesses países, em especial o Brasil.

Segundo Batista (1994), o Consenso de Washington não tratou diretamente questões como educação, saúde, distribuição de renda, e eliminação da pobreza. Na verdade, o que os organismos internacionais defendiam e alardeavam é que as reformas sociais, tal e qual as políticas, decorreriam “naturalmente” da liberalização econômica proposta no Consenso de Washington.

Porém, não foi isso que aconteceu, pelo contrário foi impossível ignorar o alastramento da miséria na América Latina economicamente liberalizada. De acordo com Cardoso Jr. (2009, p.28), desde os anos de 1980, quando teve início a implementação dos “Programas de Ajuste Estrutural nos países periféricos e dependentes, tem-se observado que a condição socioeconômica destes países, longe de apresentar melhorias, tem se tornado muito pior do que antes”, deteriorando drasticamente as condições de vida da classe trabalhadora.

A partir da leitura de autores como Gurgel (2007), Leher (2002), Lima (2003), Gomes (2003) e Fiori (1996), podemos afirmar que os organismos internacionais tinham amplo conhecimento das especificidades de cada país latino-americano, e sabiam também que a pobreza e a desigualdade eram traços marcantes destas economias. De fato, houve retificações quanto ao que se discutiu no Consenso de Washington, mas não se modificou o cunho economicista das propostas de reformas aos países periféricos presentes no Programa de Ajuste Estrutural elaborado a partir do Consenso.

Havia uma preocupação, por parte dos organismos multilaterais em diminuir os graus mais gritantes da desigualdade, a fim de prevenir o que Cardozo (2005) chama de “situações politicamente críticas”.

[...] tendo em vista que a estabilidade dos ajustamentos estará seriamente comprometida, se os desequilíbrios não forem eliminados, antes mesmo de serem transformados em desequilíbrios políticos. Portanto, as reformas estruturais aparecem como uma condição fundamental para a governabilidade, assim como a governabilidade passaria a depender das reformas. (CARDOZO, 2005, p.4)

Como o trecho supracitado afirma, as condicionalidades revestidas de ajustes estruturais, formuladas em Washington, só poderiam alcançar sucesso se houvesse uma situação política favorável para os negócios. Era necessário eliminar qualquer

“desequilíbrio” para que se desenvolvessem as reformas estruturais que por sua vez deveriam garantir condições estáveis de governabilidade.

As políticas e medidas formuladas no Consenso de Washington proporcionaram uma ampliação nos espaços de atuação do BM e do FMI, pois essas instituições tinham como uma de suas funções a divulgação e o monitoramento das políticas sociais. Ficou claro que para levar a cabo o programa de “estabilização” e a reforma econômica, era necessário a intervenção em outros setores, a exemplo da Educação, tanto no que se refere a preocupação com o papel ideológico e político que esta cumpre, como também a mercantilização desse setor, com a criação e ampliação de um mercado privado de ensino.

É importante ressaltarmos que a educação assume um espaço prioritário na agenda dos organismos internacionais. O BM e o FMI elaboram orientações voltadas para as políticas educacionais dos países periféricos exatamente por entenderem que esta ocupa, como afirma Almeida (2008), um lugar central no âmbito das lutas sociais e no processo de transformação social, principalmente no capitalismo onde a educação passa a se articular organicamente com a reprodução social, passando a ser determinada por profundas contradições. São exatamente essas contradições que o BM e o FMI tentam escamotear, esvaziando a dimensão política da educação para transformá-la apenas em um perpetuador da lógica do capital². Logo, a intervenção dos organismos internacionais nas políticas educacionais dos países periféricos cumpre funções fundamentais de controle e monitoramento.

O Brasil em questão: o ensino superior a serviço da lógica mercantil neoliberal.

A intervenção no setor educacional de países como o Brasil, por meio do BM e FMI cumpriu uma tripla função: ao mesmo tempo em que abrandou a preocupação internacional com as ideias marxistas, que circulavam em especial no ensino superior, também transformou esse ensino em um grande mercado (LEHER, 2002). Além disso, ainda isentou o Estado da função de único financiador da educação, cumprindo com isso duas das recomendações do Consenso de Washington: a de “de minimização do Estado”, e a de “fortalecimento da iniciativa privada”. Isto se dá em consonância com o projeto neoliberal que, segundo Mészáros (2010), já se desenvolvia nos países centrais como

² Almeida (2008) faz uma ponderação elementar sobre o sentido da educação, não a restringindo à sua dimensão escolarizada organizada sob a forma de política pública, mas sim como uma parte fundamental da vida social, política e cultural.

resposta a crise estrutural de 1973/74, e surge no Brasil na década de 1980 e 1990, ganhando expressão apenas a partir do governo FHC.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deu integrado à economia internacional, subordinado aos interesses econômicos e políticos dos países centrais. Isto, segundo Leher (2002), articulado com os interesses da burguesia dominante brasileira, mantendo dessa forma as relações de dominação ideológica e econômica dentro do país. Para isso foi necessário romper com nacional-desenvolvimentismo caracterizado por Bielschowsky (apud LIMA; PRADO; VIEIRA, 2011, p. 3) como “ideologia da superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização planejada e orientada pelo Estado”. Ou seja, foi preciso superar o modelo protecionista de outrora a fim de garantir o subdesenvolvimento brasileiro para que o país pudesse se inserir na nova ordem mundial, pautada pelos organismos internacionais.

Para tornar realidade as transformações propostas pelos do BM e FMI no Brasil foi preciso preparar um sólido terreno ideológico, denominado por Mota (apud DAHMER, 2007) como a “cultura da crise”. Esta representa a ideia central defendida por Pereira (1995) quando afirma que a causa principal da crise dos anos de 1980 foi devido ao mal gerenciamento do Estado e não do processo recorrente da crise de acumulação capitalista. Ou seja, o Estado por ser ineficiente e burocrático precisaria urgentemente de profundas reformas como por exemplo a passagem para o setor privado de tarefas antes cumpridas pelo Estado, colocando a esfera privada como lócus de eficiência, rapidez e economia.

A cultura da crise perpassa, pois, todas as esferas da sociedade brasileira e afirma o Estado como ineficaz para o atendimento das demandas da população. Nesta perspectiva, tudo que é comprado tem maior valor e “qualidade”. A proposta é transformar tudo em mercadoria: saúde, previdência social e educação (DAHMER, 2007).

Ao longo da década de 1990, os governos brasileiros realizaram ativamente diversas iniciativas no campo educacional para abrir um largo caminho para o setor privado, liberalizando a área social em especial a educação superior. Em 1995, durante o governo de FHC, uma estratégica iniciativa de refuncionalização do Estado ganha corpo com a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRE – 1995). Dentre as propostas do PDRE no campo educacional uma se destaca como sendo, dentre tantas outras, extremamente nociva a ideia de educação como um bem público, gratuito

e de qualidade assegurada, a inserção da educação como atividade não-exclusiva do Estado, abrindo precedentes para a desresponsabilização do Estado, a sua privatização e a sua execução por instituições “não-estatais”.

O pleito eleitoral de 2002 elegeu Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), como sucessor do governo Cardoso. De acordo com Leite (2010), Lula da Silva foi eleito pela esperança de 53 milhões de brasileiros para levar adiante um projeto alternativo aquele de FHC e dos organismos internacionais. Segundo Coggiola (*apud* LEITE, 2010), Lula da Silva agraciou a população do país com um conjunto de medidas que, hoje, surpreendem até os seus formuladores originais. Lula da Silva deu continuidade às políticas neoliberais privatistas, mas com um tom de mudança que chegou a iludir os que acreditavam estar diante de um governo da classe trabalhadora.

Formação profissional em Serviço Social no contexto de contrarreforma universitária.

Na área social, Lula da Silva coloca na ordem do dia políticas sociais pontuais, fragmentadas e descontínuas (LEITE, 2010). A política educacional, assim como as demais políticas sociais, é implementada de forma focalizada no governo Lula da Silva, voltada para finalidades específicas, como a empregabilidade e se dava com cada vez maior intervenção e influencia da lógica mercantil.

Dessa forma, rompe-se em definitivo com a ideia de educação como um direito, principalmente no que tange ao ensino superior que, como vimos anteriormente, foi o nível de ensino em que a lógica mercantil mais se fez presente, passando esta a ser reconhecida como uma mera mercadoria e seus alunos como meros clientes (CHAVES, 2010).

Para consolidar esse processo de mercantilização, presente no decurso da contrarreforma, é necessário que o sistema de ensino superior se torne mais diversificado, flexível e sob uma lógica ainda mais privatista, visando uma expansão sem ampliação dos gastos públicos, ou seja, de forma aligeirada, comprometendo a qualidade.

A mercantilização/privatização do ensino superior brasileiro, a partir da mudança da natureza jurídica e da organização acadêmica não-universitária das instituições de ensino superior, tem como um de seus objetivos a formação de profissionais que perpetuam a lógica neoliberal em seu cotidiano profissional. Isso se dá a fim de introjetar uma ideologia que legitime a retirada do Estado das políticas públicas e a inserção da

iniciativa privada em seu lugar garantindo com isso um clima favorável para os negócios da burguesia nacional e internacional no Brasil.

No tocante ao serviço social, no cenário de contrarreforma do Estado e suas severas consequências para as instituições de ensino superior o quadro de privatização tanto fora como dentro das universidades se aprofunda ainda mais. A mercantilização associou-se à estratégias de diversificação institucional. Houve um aumento vertiginoso do número de instituições privadas em Serviço Social, por serem cursos menos custosos e cumprirem um papel estratégico. Além disso, houve um crescimento considerável do número de cursos de serviço social não-universitário, ou seja sem garantia de pesquisa e extensão, o que ocasiona uma desqualificação dos profissionais formados não mais como pesquisadores e intelectuais da área (DAHMER, 2011).

Ao que tudo indica, a mercantilização da formação de novos assistentes sociais atende, de um lado, às necessidades expansionistas do capital, e, de outro, à premência de formação do consenso entre as massas populares, o que exige a formação de intelectuais – dentre eles, o assistente social – difusores da ideologia colaboracionista sob a ótica do capital (DAHMER, 2011, p. 21).

Em suma, a formação profissional dos assistentes sociais é um dos eixos fundamentais do Projeto Ético-Político profissional que vem sendo construído e consolidado desde a década de 1980. Este, de acordo com Fiuza (2011), tem como um de seus marcos a elaboração de novas diretrizes curriculares que buscam a conformação de um perfil dotado de competência teórico-crítica e técnico-política.

A partir da análise do processo de mercantilização na formação de assistentes sociais de acordo com Dahmer (2007) há dois principais objetivos; primeiro o de atender as necessidades expansionistas do capitalismo tardio e segundo a urgência no que tange a criação de consensos entre as massas populares, o que exige a formação de profissionais “difusores da ideologia colaboracionista sob a ótica do capital” (DAHMER, 2007, p. 21). A contrarreforma universitária, de acordo com a autora, atinge o “coração” do Projeto Ético-político Profissional, não só devido ao aumento do ensino privado em Serviço Social, mas também pelas alterações ocorridas no interior das instituições de ensino superior públicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais para a profissão (org.). In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2008. **Textos e Artigos**. Belo Horizonte: CRESS/MG, 2008. Disponível em: <www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia (El desarrollo em la práctica). Washington, D.C: BIRD; Banco Mundial, 1994.

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo. 1994. Disponível:<http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2014.

BRAGA, R. Globalização ou neocolonialismo: o FMI e a armadilha do ajuste. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 55-68, 2006.

CARDOSO JR, J. **O Sistema Capitalista e sua Política Econômica**: Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em foco. Trabalho de graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 43p.

CARDOZO, M. J. Crise do capital: ajuste estrutural e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005. **Trabalhos apresentado...** São Luís: UFMA, 2005.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr. /jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 1 ago. 2013.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando**. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2000. Disponível em: <<http://revistaoutubro.com.br/blog/edicoes-antiores/revista-outubro-n-5>>. Acesso em: 21 maio 2013.

COGGIOLA, O. **O poder e a glória**: crescimento e crise no capitalismo de pós-guerra (1945-2000). São Paulo: Pradense, 2010. 128p.

DAHMER P. L. Mercantilização do ensino superior e formação profissional em Serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 3, n. 6, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

FIORI, J.L. **Consenso de Washington**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 04 set. 1996. Palestra patrocinada pela Federação Brasileira de Associações de Engenheiros – FEBRAE.

FIUZA, J.C. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreforma do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr. /jun. 2011.

GOMES, J.M. A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 31 p. 32-49, out.2003.

GURGEL, C. A educação entre o valor e a mercadoria. **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 39, p. 17-27, fev.2007.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975. 257p.

HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 597 p.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2003. 326 p.

LEHER, R. A problemática da universidade 25 anos após a “crise da dívida”. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 39, p. 9-17, fev. 2007.

_____. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 3, p. 17-30, out.2002.

LIMA, K.R.S. Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), n. 31 p. 145-153, out.2003.

_____. PRADO, F. R; VIEIRA, R. B. Políticas públicas de “democratização” da educação superior no governo Lula: Enem, ProUni, Reuni. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, 5., 2011. **Trabalho apresentado...** Santa Catarina, abr. 2011.

MÉSZÁROS, I. Das crises cíclicas à crise estrutural. In. _____. **A atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, L.C.B. A crise na América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas,SP, v. 27, p. 1021-1056, 2006.

_____. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições? REUNIÃO ANUAL DA ANDEP, 23., 2000. **Anais eletrônico...**, Caxambu, 2000.